



INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

- A prova consta de 40 (QUARENTA) questões, todas de múltipla escolha, com as alternativas "A, B, C, D".
- Para cada questão existe apenas uma alternativa correta.
- A prova terá duração de 180 (Cento e Oitenta) minutos. Você será avisado quando restarem 30 minutos para o final.
- Tenha em mãos apenas o material necessário para a resolução da prova. Não é permitido o uso de calculadoras nem o empréstimo de qualquer tipo de material.
- Utilize as partes em branco do "Caderno de Questões" como rascunho.
- Você receberá um gabarito cujo formato consta 50 (cinquenta) questões com alternativas "A, B, C, D, E".
- Desprezar a letra "E" e as questões de 41 a 50.
- ATENÇÃO: só existe 01 (uma) alternativa correta.
- Preencher o quadrado com caneta PRETA ou AZUL de ponta grossa. Importante, o preenchimento deverá ser feito cuidadosamente sem sair do quadrado.
- Assine o CARTÃO DE RESPOSTA no local indicado. Sem a assinatura seu cartão é invalidado.
- A apuração do resultado será feita por leitora óptica, não havendo processamento manual dos cartões, portanto não cometa erros no seu gabarito.
- **Anular-se-á, automaticamente, questões que contiver no Gabarito, rasuras, duas respostas ou em branco.**
- NÃO há outros cartões de resposta para substituir os errados, portanto, atenção.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala para entrega simultânea do cartão de resposta e assinar na folha de ocorrência.

**OBSERVE COMO SE DEVE PREENCHER O
CARTÃO DE RESPOSTA**

☐	01	☐	☐	☐	☐	☐
☐	02	☐	☐	☐	☐	☐
☐	03	☐	☐	☐	☐	☐
☐	04	☐	☐	☐	☐	☐
☐	05	☐	☐	☐	☐	☐
☐	06	☐	☐	☐	☐	☐
☐	07	☐	☐	☐	☐	☐
☐	08	☐	☐	☐	☐	☐
☐	09	☐	☐	☐	☐	☐

NOME _____ INSCRIÇÃO Nº _____



LÍNGUA PORTUGUESA

Debaixo Dos Caracóis Dos Seus Cabelos

Roberto Carlos e Erasmo Carlos

Um dia a areia branca
Teus pés irão tocar
E vai molhar seus cabelos
A água azul do mar

Janelas e portas vão se abrir
Pra ver você chegar
E ao se sentir em casa
Sorrindo vai chorar

01. Assinale a alternativa que contém as figuras de linguagem presentes na segunda estrofe:

- a) Anáfora e eufemismo.
- b) Personificação e antítese.
- c) Pleonasma e antítese.
- d) Metonímia e personificação.

02. No segundo verso da primeira estrofe há:

- a) Pronome demonstrativo.
- b) Pronome indefinido.
- c) Pronome possessivo.
- d) Pronome relativo.



03. Na charge acima, substituindo – se a palavra meio pela palavra meia ocorrerá um desvio referente:

- a) Concordância nominal.
- b) Regência nominal.
- c) Concordância verbal.
- d) Regência verbal.

04. Observe a seguinte frase:

“Ao acabarem todos, só resta ao homem (estará equipado?) a difícilima dangerousíssima viagem...”

A palavra destacada pertence à classe dos ADJETIVOS e apresenta-se no grau:

- a) Comparativo de Superioridade.
- b) Superlativo Absoluto Analítico.
- c) Superlativo Absoluto Sintético.
- d) Superlativo Relativo de Superioridade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



Manual de instruções:

"Para ligar o aparelho, insira o plugue na tomada. Pressione o botão liga/desliga para iniciar o aparelho. Para selecionar o modo de operação, pressione o botão modo."

05. No texto “Manual de instruções” a tipologia textual predominante é:

- a) Descritiva
- b) Narrativa
- c) Injuntiva
- d) Expositiva

AS OLIMPIADAS

As Olimpíadas tiveram origem na cidade de Olímpia em 776 a.C., por isso, recebem esse nome. Na Antiguidade, as Olimpíadas consistiam em competições que abrangiam modalidades como: atletismo, pugilato, pentatlo, corrida de bigas e pancrácio.

Realizadas entre atletas das cidades-estados da Grécia, as Olimpíadas tinham como intuito homenagear os deuses gregos e propagar a paz entre as cidades do país. Nessa época, somente os homens participavam e assistiam aos jogos, no qual o vencedor recebia uma coroa de louro ou de folhas de oliveira. Atualmente, a cada edição, atletas de todo o mundo participam dos Jogos Olímpicos, realizados a cada quatro anos em um país eleito para sediá-los, com a duração de três a quatro semanas.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, também conhecidos como Olimpíadas Modernas, foram criados por Pierre de Frédy (1863-1937), mais conhecido por Pierre de Coubertin, um historiador e pedagogo francês.

A ideia de Pierre de Coubertin de retomar os Jogos Olímpicos na era moderna era buscar a paz entre as nações, unindo todos em uma celebração esportiva. Acreditando nessa possibilidade, Pierre apelou a vários países que aderissem ao evento e fundou o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894.

Em 1896, aconteceu a primeira edição dos Jogos Olímpicos em Atenas, como forma de homenagear os Jogos Olímpicos da Antiguidade. Com a finalidade de estimular a competição saudável entre os povos, diversos países começaram a participar das Olimpíadas, que se tornou um dos principais eventos esportivos do mundo.

Em 1913, Pierre de Coubertin elaborou a bandeira olímpica. Essa bandeira, simbolizando a união das partes do mundo pelo Olimpismo, é branca, e cada um dos anéis possui uma cor diferente. Na parte de cima - da esquerda para a direita - estão os anéis azul, preto e vermelho; na parte de baixo - da esquerda para a direita - estão os anéis amarelo e verde.

Anéis olímpicos e estátua de Pierre de Coubertin perto do estádio nacional de Tóquio, em julho de 2019. Desde então, apenas três edições dos Jogos Olímpicos não foram realizadas. A primeira, em 1916, devido à Primeira Guerra Mundial. A segunda, em 1940 e 1944, em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

06. Leia atentamente o texto “AS OLIMPIADAS” julgue os itens em VERDADEIRO (V) ou FALSO (F) e marque a alternativa correta:

- I. () As olimpíadas, na antiguidade, tinham como objetivo propagar a paz entre todos países.
- II. () Na antiguidade, as mulheres tinham o direito de apenas assistir aos jogos.
- III. () O anel branco da bandeira olímpica simboliza a paz.
- IV. () De 1916 a 1944 os jogos olímpicos não foram realizados.

- a) V – F – F – V
- b) F – F – F – F
- c) V – F – V – V
- d) F – F – V – V

07. Em sediá-los, o pronome refere-se a:

- a) Atletas.
- b) Jogos olímpicos.
- c) Homens.
- d) País.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



08. Assinale a frase em que o verbo assistir tem a mesma regência empregada no texto “As olimpíadas” (I.06):

- a) O Presidente assiste em Brasília.
- b) Uma junta médica assistiu o paciente.
- c) Assistimos a um filme.
- d) A nova política agrária procurará assistir a trabalhadora rural.

09. Nas palavras “quatro” e “quero” ocorre respectivamente:

- a) Dígrafo e Dígrafo.
- b) Ditongo decrescente e Ditongo crescente.
- c) Ditongo crescente e Ditongo decrescente.
- d) Ditongo crescente e Dígrafo.

10. Leia:

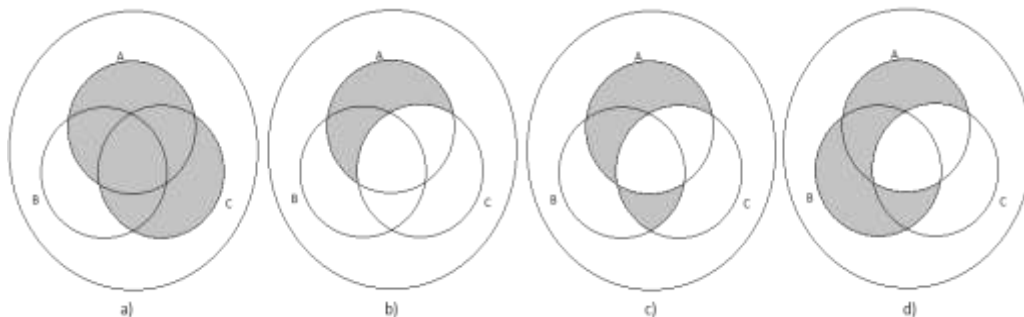


Na manchete da notícia, a palavra destacada é classificada corretamente como:

- a) Conjunção Integrante.
- b) Conjunção Coordenativa.
- c) Pronome Relativo.
- d) Conjunção Subordinativa Causal.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere os círculos de Euler abaixo. Qual é a representação da proposição $(A \neg C) \vee (\neg A (B \wedge C))$?



12. Em uma festa de aniversário, três amigos “José, João e Jorge” tiveram o seguinte diálogo:

- José: “João e Jorge não beberam vinho”.
- João: “Se Jorge não bebeu vinho, então José bebeu”.
- Jorge: “Eu não bebi vinho, mas José ou João beberam”.

Quem falou a verdade?

- a) Apenas um deles.
- b) José e João.
- c) João e Jorge.
- d) José e Jorge.

13. Das opções abaixo, qual indica a negação da proposição “Se Antônio viajar, Letícia vai viajar”.

- a) Antônio não está viajando e Letícia vai viajar.
- b) Se Antônio não viajar, Letícia vai viajar.
- c) Antônio está viajando e Letícia não vai viajar.
- d) Antônio não está viajando ou Letícia não vai viajar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



14. Consideramos a seguinte proposição: “José não é pintor ou Jorge é maranhense”. Do ponto de vista lógico, a proposição é equivalente a qual das assertivas abaixo?

- a) Se José é pintor, então Jorge é maranhense.
- b) Se Jorge é maranhense, então José é pintor.
- c) Se José não é pintor, então Jorge é maranhense
- d) Se José não é pintor, então Jorge não é maranhense.

15. Dadas as premissas abaixo:

Premissa: Se a Maria estudar, ela passará no exame.

Premissa: Maria passou no exame.

Conclusão: Maria estudou.

Logo, a conclusão é:

- a) Uma tautologia.
- b) Válida.
- c) Uma contingência.
- d) Não válida.

INFORMÁTICA

16. Qual destes é um navegador de código aberto?

- a) Mozilla
- b) Google Chrome
- c) Edge
- d) Safari

17. O que significa a sigla HTML?

- a) Hyper Text Markup Loader
- b) Hyper Text Model Loader
- c) Hyper Text Model Language
- d) Hyper Text Markup Language

18. Qual aplicativo foi desativado pela Microsoft e tornou o Teams seu sucessor?

- a) Microsoft Kaizala
- b) Microsoft Visio
- c) Microsoft Forms
- d) Microsoft Publisher

19. O protocolo Telnet serve para:

- a) Permitir o acesso remoto a um outro computador da rede.
- b) Permitir a comunicação entre dispositivos móveis através de redes sem fio usando mensagens instantâneas.
- c) Permitir a conexão remota com outro computador da rede, podendo executar comandos.
- d) Permitir a transferência de arquivos grandes entre computadores de forma segura e criptografada.

20. Qual é a taxa de dados máxima que uma memória DDR4 alcança?

- a) 6400 Mb/s
- b) 5100 Mb/s
- c) 1600 Mb/s
- d) 800 Mb/s



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Em relação à prescrição trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), julgue os itens seguintes:

- I. A pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, inclusive quanto às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
- II. A prescrição biennial corresponde ao tempo que o trabalhador possui para acionar judicialmente a empresa.
- III. A prescrição quinquenal refere-se ao tempo de serviço que o profissional pode cobrar de sua ex-empresa.
- IV. A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.

22. Quanto aos contratos (Lei nº 10.406, de 10/01/2002), indique a opção que contém com ERRO:

- a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- b) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- c) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- d) A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.

23. Em relação ao trabalho em regime de tempo parcial (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), julgue os itens seguintes:

- I. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.
- II. O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.
- III. É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.
- IV. Na hipótese de o contrato de trabalho em regime de tempo parcial ser estabelecido em número inferior a vinte e seis horas semanais, as horas suplementares a este quantitativo serão consideradas horas extras para fins do pagamento estipulado no § 3º, do art. 58-A da CLT, estando também limitadas a seis horas suplementares semanais.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.

24. Quanto ao regime da comunhão parcial de bens (Lei nº 10.406, de 10/01/2002), indique a opção que está ERRADA:

- a) Excluem-se da comunhão os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar.
- b) Os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares também ficam excluídos da comunhão.
- c) Não se excluem da comunhão as obrigações anteriores ao casamento.
- d) As obrigações provenientes de atos ilícitos excluem-se da comunhão, salvo reversão em proveito do casal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



25. Sobre o Bem de Família, as informações abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial. Parágrafo único. O terceiro poderá igualmente instituir bem de família por testamento ou doação, dependendo a eficácia do ato da aceitação expressa de ambos os cônjuges beneficiados ou da entidade familiar beneficiada.
- b) O bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiro, constitui-se pelo registro de seu título no Registro de Imóveis.
- c) O bem de família é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.
- d) A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.

26. Sobre a Lei nº 8.429, de 01/06/1992, está correto o que se afirma, EXCETO:

- a) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos são sanções aplicáveis apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade, de legalidade e de lealdade às instituições.
- d) O prazo máximo de suspensão dos direitos políticos é de quatorze anos.

27. Quanto à competência tributária, prevista no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25/10/1966), estão corretas as afirmações seguintes, EXCETO:

- a) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei [Lei nº 5.172, de 25/10/1966].
- b) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa exclusiva da união e dos estados.
- c) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal.
- d) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

28. Quanto às modalidades de licitação, estabelecidas na Lei nº 14.133, de 01/04/2021 (art. 28), estão previstas, nesse artigo, as modalidades CORRETAMENTE identificadas na opção:

- a) Pregão – Concorrência – Concurso – Leilão - Diálogo competitivo.
- b) Pregão – Concorrência – Concurso – Leilão – Tomada de preços.
- c) Tomada de preços – Pregão - Concorrência – Concurso – Convite.
- d) Convite – Tomada de preços – Pregão – Concurso - Leilão.

29. A empresa M.J.S. Serviços de Informática tem, como objeto social, a prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em informática. Ela tem sede em São José Pardo, no Maranhão, onde recolhe, integralmente, o Imposto Sobre Serviços referente às suas atividades. No município de José Normando, também no Maranhão, a empresa M.J.S. Serviços de Informática mantém, contudo, alguns técnicos que atendem os serviços de informática nessa cidade. Para isso, essa empresa tem uma pequena sala alugada e mobiliada onde atende a solicitações de serviços de informática feitos por pessoas da referida cidade. Quanto à empresa M.J.S. Serviços de Informática, é CORRETO o que se afirma em:

- a) Por não possuir estabelecimento no município de José Normando, a empresa M.J.S. Serviços de Informática não está obrigada a recolher ISS a esse município.
- b) Por possuir estabelecimento no município de José Normando, a empresa está obrigada a recolher o ISS incidente sobre os serviços prestados nesse município.
- c) Por possuir estabelecimento no município de José Normando, a empresa está obrigada a recolher o ISS a esse município, apenas no montante da quantia que superar o valor do ISS já recolhido no município de São José Pardo.
- d) Ainda que não possua estabelecimento no município de José Normando, a empresa está obrigada a recolher o ISS a esse município apenas no montante da quantia que superar o valor do ISS já recolhido no município de São José Pardo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



30. Quanto aos princípios que regem a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (artigo 37 da Constituição Federal de 1988), está CORRETO o que se afirma em:

- a) Os princípios que devem orientar a atuação da Administração Pública em todos os níveis de governo são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, os princípios que regem a Administração Pública em todos os níveis de atuação são legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.
- c) O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os princípios que regem a Administração Pública em todos os níveis de atuação são impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e finalidade.
- d) Legalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade e economicidade são os princípios que devem orientar a Administração Pública em todos os níveis de governo, segundo o artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

31. Julgue os itens a seguir acerca da competência constitucional dos municípios para a criação de tributos (Constituição Federal de 1988).

- I. Os municípios têm competência para instituir o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- II. Compete aos municípios instituir Imposto sobre a Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- III. Os municípios têm competência para instituir Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, exceto óleo diesel.
- IV. Compete aos municípios instituir Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) III e IV.

32. Sobre os prazos para o juiz proferir despachos, decisões interlocutórias e sentenças, o NCPC 2015 (Lei nº 13.105, de 16/03/2015), define que o juiz deverá realizar esses atos, nos prazos, EXCETO:

- a) Os despachos no prazo de 5 (cinco) dias.
- b) As decisões interlocutórias no prazo de 10 (dez) dias.
- c) As sentenças no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) As sentenças no prazo de 15 (quinze) dias.

33. Em relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) (artigo 103 da Constituição Federal de 1988), julgue os itens seguintes:

- I. Podem propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal. O Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Partido Político com representação no Congresso Nacional e Confederação Sindical ou entidade de Classe de âmbito nacional.
- II. Gera efeito vinculante no âmbito dos demais órgãos do Judiciário e do Executivo, mas não *erga omnes*, no acórdão que a julga.
- III. Não pode, em regra, ser ajuizada, de forma válida, após a imediata promulgação de uma lei para o fim de obter declaração antecipada de sua constitucionalidade.
- IV. Não admite, por sua natureza, a concessão de medida liminar.

Estão CORRETOS os itens.

- a) I, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e II.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



34. Em relação a direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, (Constituição Federal de 1988), julgue os itens seguintes.

- I. Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- II. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- III. Salário- família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- IV. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) I e III.

35. Quanto à Lei nº 14.133, de 01/04/2021, está correto o que se afirma nas opções abaixo sobre os objetivos do processo licitatório, EXCETO:

- a) O processo licitatório visa assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- b) Um outro objetivo do processo licitatório é assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos é também mais um dos objetivos do processo licitatório.
- d) O processo licitatório visa ainda incentivar a inovação e o desenvolvimento municipal sustentável.

36. Quanto aos atos processuais praticados dentro do processo civil (Lei nº 13.105, de 16/03/2015), pelos sujeitos da relação processual, as opções abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- c) Citações, intimações e penhoras não poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nem nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido no NCPC 2015.
- d) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.

37. Prazos processuais são períodos legalmente determinados para as partes realizarem ações dentro de um processo judicial. Sobre os prazos processuais, o NCPC 2015 (Lei nº 13.105, de 16/03/2015), define corretamente que, EXCETO:

- a) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- b) Os dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
- c) Considera-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- d) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA/MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL



38. Sobre a exigibilidade do crédito tributário (Lei nº 5.172, de 25/10/1966), está CORRETO o que se afirma em:

- a) A moratória, o depósito do seu montante integral, as reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo e o parcelamento, são as únicas condições que suspendem a exigibilidade do crédito tributário.
- b) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a moratória, o depósito do seu montante integral e as reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, medida liminar em mandado de segurança, medida liminar, ou tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e o parcelamento.
- c) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário apenas a moratória e o depósito do seu montante integral.
- d) A exigibilidade do crédito tributário só é suspensa pelas condições de moratória, pelo depósito do seu montante integral e pelas reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

39. Quanto ao Contrato de Trabalho Intermitente (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), julgue os itens seguintes:

- I. O contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- II. O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, sete dias corridos de antecedência.
- III. Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de dois dias úteis para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- IV. Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das parcelas de remuneração; férias proporcionais com acréscimo de um terço; décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado e adicionais legais.

Estão ERRADOS os itens:

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.

40. Em relação à demissão do empregado (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), julgue os itens seguintes:

- I. A demissão poderá ocorrer de comum acordo entre as partes.
- II. Mesmo havendo acordo entre as partes, o empregado tem direito ao pagamento da multa de 40% do saldo do FGTS e ao saque de 100% do FGTS depositado.
- III. Quando houver acordo entre empregador e empregado, a empresa deve conceder um aviso prévio de, no mínimo, 15 dias.
- IV. Embora havendo acordo quanto à demissão, mesmo assim o empregado terá direito a receber o seguro desemprego.

Estão ERRADOS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.